



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Camelódromo do Shopping Popular será reativado, diz GDF

Espaço ao lado da antiga Rodoferroviária, hoje abandonado, está sob responsabilidade do Governo Federal desde 2017. Ideia é recuperar a estrutura (que tem 1.800 pontos de venda) e deslocar para lá os ambulantes que estão na Rodoviária

EXCLUSIVO - Sob pressão para retirar os camelôs que ocupam o estacionamento superior da Rodoviária do Plano Piloto até o final deste mês, o GDF decidiu reativar o camelódromo que funcionava no Shopping Popular, ao lado da antiga Rodoferroviária, disse a “Brasilianas” o secretário de Governo, José Humberto.

“Temos um prazo combinado de 30 dias com a Concessionária Catedral, que está gerenciando o terminal desde o dia 1º deste mês, de encontrar uma solução. E vamos cumpri-lo”, disse o secretário. Segundo eles, as mudanças se darão por etapas.

“Mas vamos cuidar somente daqueles ambulantes que estão cadastrados, que querem atuar regularmente”, insistiu o secretário. Hoje, são 128 os que se inscreveram e

que estão na plataforma Superior da Rodoviária, segundo apurou esta coluna.

Primeiramente, esses ambulantes serão deslocados para pontos previstos num chamado “plano de ocupação” - que não foi apresentado nem detalhado à coluna. “Os ambulantes serão levados para locais escolhidos e que não ferem o patrimônio nem as regras urbanísticas”, disse José Humberto.

Retomada do Shopping Popular

Enquanto isso, o GDF espera conseguir concluir o processo de cessão e retomar a gestão do terreno onde está o Shopping Popular. A área pertence à União e foi cedida ao GDF no ano de 2007, mas a cessão venceu em 2017.

Segundo José Humberto, a definição para a cessão do ter-

reno ao GDF está em análise da ministra Ester Dwuek, da pasta de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Já teria tido o aval da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

“Não posso precisar uma data, mas as tratativas estão próximas de serem concluídas”, disse José Humberto. A União quer que o GDF defina a destinação de uso, com projetos.

“Estaremos prontos para reativar o Shopping Popular, fazendo as melhorias necessárias”, afirmou. Segundo ele, o GDF assumirá o espaço sem dívidas.

Atualmente, segundo a NeoEnergia, ainda há débitos em aberto por parte dos antigos feirantes - que estariam por volta de R\$ 400 mil. “Essa é uma questão dos antigos usuários. O GDF não tem parte nessa história”, destacou o secretário.



O local tem 20 mil m² e abriga 1.800 pontos de venda, além de subsolo com garagens

Histórico do espaço

Ano passado, a Câmara Legislativa do DF realizou uma audiência pública para discutir o futuro das estruturas do Shopping Popular - que seguem abandonadas. Autor da iniciativa da audiência, o deputado distrital Chico Vigilante (PT) lembrou a história da criação do Shopping Popular.

O Shopping Popular tem 20 mil metros quadrados para a feira, com 1.800 pontos de venda, além de outros 20 mil metros quadrados de estacionamento no subsolo.

O espaço foi criado pelo então governador José Roberto Arruda pelo mesmo problema enfrentado hoje por Ibaneis Rocha: os ambulantes que ocupavam a Rodoviária do Plano Piloto e o Setor Comercial Sul.

“Aquela obra custou mais de R\$ 12 milhões no governo Arruda. Depois, o governador Agnelo determinou a transferência

de órgãos públicos para o local como forma de atrair as pessoas para o Shopping Popular.

Conseguimos colocar o Detran lá, o que beneficiou o próprio Detran, pois não precisaria mais pagar aluguel. Conseguimos ainda levar para lá uma agência do BRB e estávamos discutindo a implantação de uma unidade do ‘Na Hora’ no local. Infelizmente, o BRB já saiu de lá e o ‘Na Hora’ nunca foi implantado”, contou.

Com a transferência, em 2010, dos serviços da Rodoferroviária para o Terminal Interestadual de Brasília, o movimento caiu drasticamente, ficando quase abandonada.

Como atrair público?

“Brasilianas” apurou que o GDF quer justamente retomar esse projeto inicial: colocar lá novamente uma unidade de atendimento do Detran e um posto do “Na Hora”. Mas,



com nos novos tempos digitais, quase todos os serviços ofertados pelos dois órgãos estão disponibilizados pela internet, o que torna pouco atrativo o deslocamento das pessoas até lá.

“Brasilinas” afirma: tornar o Shopping Popular novamente um local atraente será o maior desafio do GDF, muito além de recuperar as estruturas. Convencer os ambulantes de que será lucrativo ocupar aquele espaço é o crucial.

Se o projeto do VLT do Entorno (trem de passageiros) que se discute a anos sair do papel, a atual Estação Rodoferroviária (que está desativada para essa função de transporte) poderá ser retomada. Tanto o ponto final como o pátio de manutenção da linha, que ligará o DF até Luziânia (GO) está prevista para este local.

E, de lá, deverão sair linhas de ônibus para fazer a conexão com os demais modais de transporte - inclusive com a futura nova linha do Metrô, que deverá ligar a Esplanada dos Ministérios ao Gama e Santa Maria (e que passará pelo Eixo Monumental, entrando até o Cruzeiro).

Assim, o Shopping Popular poderá ter, novamente, público. E o GDF resolvido vários problemas. Oxalá assim o seja!

Lago Sul ganhará duas novas pontes, confirma Ibaneis

O governador Ibaneis Rocha anunciou, nesta sexta-feira (13), a construção de duas novas pontes no Lago Sul. As estruturas se somarão às três já existentes, e têm o objetivo de melhorar o trânsito de veículos após o crescimento urbano da região.

As duas novas pontes vão beneficiar moradores e quem trafega por Altiplano Leste, Tororó, Jardim Botânico, Jardins Mangueiral, São Sebastião, Paranoá, Itapoã e outras áreas.

“A barragem hoje funciona como uma ponte improvisada e, por isso, não pode receber o tráfego de caminhões”, afirmou o governador à Agência Brasília, site oficial de notícias do GDF. “Estamos construindo duas novas pontes para resolver essa situação.”

O investimento previsto para as duas obras é de R\$ 1,7

bilhão, com recursos garantidos via financiamento junto a bancos credenciados e também da Terracap.

“Nós tivemos reunião esta semana para poder discutir esse traçado, e continuamos discutindo alguns detalhes para que a gente possa viabilizar a entrega do projeto e, havendo viabilidade, licitar até o fim do ano”, relatou o secretário de Obras e Infraestrutura, Valter Casimiro.

Via para o BRT

Em outubro do ano passado, “Brasilianas” revelou que o GDF já estava projetando as duas novas pontes. A primeira delas é a chamada Ponte do Paranoá, que será construída em paralelo à barragem. Ela será edificada na região do vale, suspensa - até porque aquele é o trecho mais fundo do lago, o que



Em vermelho a Ponte Paranoá, próxima à barragem. Em amarelo, o provável trajeto da ponte da Ermida

inviabilizaria uma construção com os pilares submersos.

“A ponte da barragem vai ligar toda essa região”, ressaltou o presidente da Terracap, Izidio Santos. “Os carros que hoje passam por cima da barragem — que, na verdade, não foi feita para funcionar como ponte — vão ser redistribuídos, o que vai aliviar o trânsito ali.”

A outra ponte ligará o Setor de Clubes Sul, nas proximidades de onde era a Academia de Tênis (bem próximo ao Clube de Golfe) até a região da Ermida Dom Bosco. Segundo disse a “Brasilianas” o secretário do Obras, Valter Casimiro, “é uma obra simples”.

Esta quarta ponte terá algumas características especiais.

Entre elas, um corredor para ônibus tipo BRT. Isso porque a ideia do GDF é depois ligar esta ponte à Estrada-Parque Contorno (DF-001) e, de lá, chegar o modal de transporte coletivo até São Sebastião, cortando a região que hoje é ocupada (em parte) por condomínios, na região do Altiplano Leste e do Tororó.

“E todo o sistema viário vai ser integrado: tanto a ponte da barragem quanto a ponte da QL 28 vão se complementar, melhorando o trânsito em toda essa região”, disse o presidente da Terracap.

A execução dos projetos está sob responsabilidade da Secretaria de Obras e Infraestrutura (SODF) e da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap). Os estudos preliminares e de viabilidade técnica devem ser concluídos até o final deste ano, assim como o lançamento da licitação das duas estruturas.

Viaduto do Mangueiral

O governador Ibaneis comentou: “A cidade está crescendo muito, principalmente para essa região do Jardim Botânico e Tororó. São muitos condomínios, e é uma região que tem um potencial habitacional muito grande, mas que precisa de infraestrutura”.

Nós entregamos o primeiro viaduto do Jardim Botânico, vamos iniciar agora em julho a construção do segundo viaduto, que é o da DF-463, e já estamos com o projeto da ponte bem-encaminhado. Ontem mesmo me foi apresentado um esboço inicial do traçado e das ligações que serão feitas”.

A licitação deve ser lançada no segundo semestre deste ano, com previsão de início das obras em 2026.

TJ impõe nova multa contra greve

Decisão diminuiu o valor sobre os professores

Por Thamiris de Azevedo

O confronto sobre a legalidade da greve dos professores continua no Distrito Federal. Na última quarta-feira (11), o Tribunal de Justiça do DF (TJDFT) emitiu nova multa, em peça de reexame, estabelecendo a sanção diária de R\$ 300 mil por dia de greve em desfavor do Sindicato dos Professores (Sinpro). A decisão também manteve o caráter ilegal do ato.

A nova multa substitui a anteriormente proferida pela desembargadora Lucimeire Maria da Silva, que havia fixado valor diário de R\$ 1 milhão caso a greve não fosse suspensa. Em

seguida, a condenação foi cassada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, ao julgar procedente a Reclamação Constitucional protocolada pelo Sinpro.

Ao Correio da Manhã, o Sindicato informa que os professores irão manter a greve por tempo indeterminado. Hoje (16), acontece uma nova assembleia da categoria que decidirá novos caminhos da paralisação.

Para o advogado do Sindicato, Rafael Mori, a decisão causou surpresa, pois, segundo ele, o Tribunal proferiu nova decisão sem considerar pontos que haviam sido expressamente determinados pelo próprio



Nova decisão mantém caráter ilegal da greve dos professores

ministro, e afirma que isso será alegado em recurso.

À reportagem, o TJDFT enviou nota explicando que as decisões estão em caráter limi-

nar. O mérito do caso ainda não foi julgado.

Proporcionalidade

O desembargador Rob-

son Barbrosa reconheceu, nessa decisão, que a primeira multa se revelava desproporcional. Todavia, julgou que o valor de R\$ 300 mil por dia

é uma reconfiguração justa que considera a proporcionalidade e a razoabilidade da aplicação.

“A legislação autoriza o magistrado a determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial. Mas impõe que tais providências não se convertam em instrumento de constrangimento excessivo ou punição desproporcional”, escreve na peça jurídica.

O Correio da Manhã questionou o TJDFT sobre a substituição da desembargadora que conduzia o caso. Em nota, o Tribunal informou que a mudança ocorreu porque a magistrada está em período de férias.